



### Análise 3: Compromissos e propostas d@s nov@s prefeit@s das capitais brasileiras com a agenda feminista

*\* Neste artigo, usamos o símbolo @ para o feminino e masculino, quando falamos dos dois sexos. Exemplo: candidat@ significa candidata mulher ou candidato homem.*

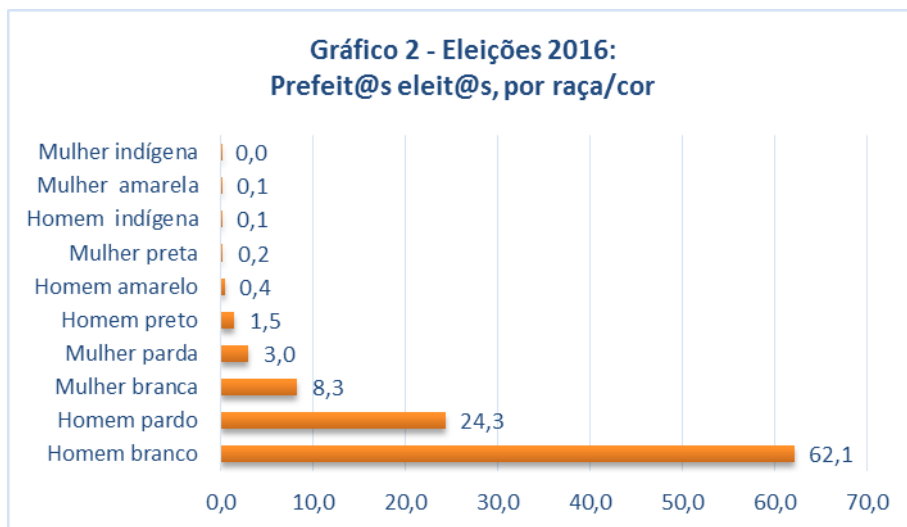
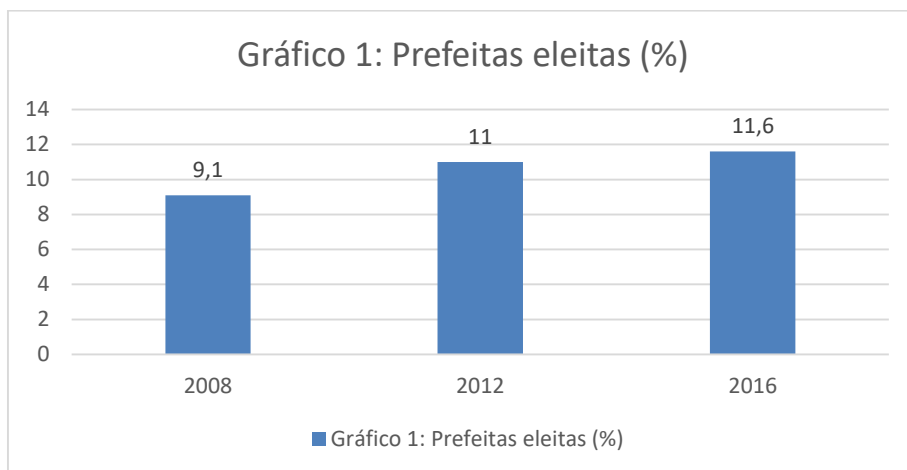
Este ano, além de realizar as tradicionais análises de mulheres candidatas e eleitas, o CFEMEA decidiu investigar o perfil d@s prefeit@s eleit@s nas capitais do país e conhecer suas propostas para as mulheres, de igualdade racial (políticas para a população negra e indígena) e de diversidade sexual (sobretudo, ações voltadas para a comunidade LGBT). O objetivo é contribuir para o debate acerca da representação desses grupos não só a partir do ponto de vista descritivo (presença), mas também do substantivo (plataformas e ideias). Consideramos importante esse tipo de estudo para a avaliação dos limites e desafios da democracia representativa. Cientes que as interpretações possíveis são muitas, esperamos ajudar a fazer avançar esta reflexão.


#### Perfil d@s nov@s prefeit@s

Como nosso estudo sobre eleit@s indicou, o primeiro turno elegeu 5.482 prefeit@s: 4.842 homens (88,3%) e 640 mulheres (11,7%). 57 cidades não tiveram candidat@ vencedor/a naquele momento, então seguiram para a disputa em segundo turno. Quase tod@s @s prefeit@s eleit@s na segunda votação foram homens: 56 prefeitos (98,2%) eleitos e uma prefeita eleita (1,8%). Em relação a 2012, houve um crescimento absoluto de mulheres eleitas (50 a mais do que nas eleições anteriores), o que representou menos de um ponto percentual (0,6 ponto). Houve também redução no ritmo de crescimento da eleição de mulheres, já que, de 2008 para 2012, as prefeitas ampliaram a sua participação em 1,9 ponto percentual, passando de 9,1% para 11% do total de prefeit@s eleit@s (ver gráfico 1).

Vimos que existe um perfil bem delimitado d@s prefeit@s eleit@s: são homens brancos de meia idade. A maioria está na faixa de 50 a 54 anos, indicando a exclusão d@s jovens entre 20 e 24, franja em que se concentram as mulheres. Elas estão mais presentes na faixa dos 20 aos 29 anos (são 16,5% d@s 139 prefeit@s dessa idade). Quanto à questão racial, 70,3% d@s prefeit@s eleit@s é de cor branca, 27,4% é parda, 1,7% é de cor preta, 0,5% é de origem oriental e 0,1% é indígena. Os grupos menos representados são: mulher indígena (menos de 0,1% d@s prefeit@s), homem indígena

(0,1%), mulher amarela (0,1%) e mulher preta (0,2%). Se compararmos esses resultados com o peso dos mencionados grupos na sociedade, notaremos que o déficit maior, proporcionalmente, é referente às mulheres pretas. As negras, portanto, são a parte da sociedade mais sub-representada nas eleições deste ano (ver gráfico 2).



 <b>TABELA 1 - ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2016</b> <b>PREFEITURAS – CAPITAIS</b> <b>ELEIT@S POR SEXO, REGIÃO, UF, COR e PARTIDO</b>					
UF - capital	Eleit@	Partido	Sexo	Cor	Idade
AC - Rio Branco	Marcus Alexandre	PT	M	Branca	35 a 39 anos
AL – Maceió	Rui Palmeira	PSDB	M	Branca	40 a 44 anos
AM – Manaus	Artur Neto	PSDB	M	Branca	70 a 74 anos
AP – Macapá	Clécio Luis	Rede	M	Branca	40 a 44 anos
BA – Salvador	ACM Neto	DEM	M	Parda	35 a 39 anos
CE – Fortaleza	Roberto Cláudio	PDT	M	Branca	40 a 44 anos
ES – Vitória	Luciano Rezende	PPS	M	Branca	50 a 54 anos
GO – Goiânia	Iris Rezende	PMDB	M	Branca	80 a 84 anos
MA - São Luís	Edivaldo Holanda Júnior	PDT	M	Branca	35 a 39 anos
MG - Belo Horizonte	Alexandre Kalil	PHS	M	Branca	55 a 59 anos
MS - Campo Grande	Marquinhos Trad	PSD	M	Branca	50 a 54 anos
MT – Cuiabá	Emanuel Pinheiro	PMDB	M	Branca	50 a 54 anos
PA – Belém	Zenaldo Coutinho	PSDB	M	Branca	55 a 59 anos
PB - João Pessoa	Luciano Cartaxo	PSD	M	Branca	50 a 54 anos
PE – Recife	Geraldo Julio	PSB	M	Branca	45 a 49 anos
PI – Teresina	Firmino Filho	PSDB	M	Branca	50 a 54 anos
PR – Curitiba	Rafael Greca	PMN	M	Branca	60 a 64 anos
RJ - Rio de Janeiro	Marcelo Crivella	PRB	M	Branca	55 a 59 anos
RN – Natal	Carlos Eduardo	PDT	M	Parda	55 a 59 anos
RO - Porto Velho	Dr Hildon Chaves	PSDB	M	Branca	45 a 49 anos
RR - Boa Vista	Teresa Surita	PMDB	F	Parda	50 a 54 anos
RS - Porto Alegre	Nelson Marchezan Júnior	PSDB	M	Branca	45 a 49 anos
SC – Florianópolis	Gean Loureiro	PMDB	M	Branca	40 a 44 anos
SE – Aracaju	Edvaldo Nogueira	PCdoB	M	Parda	55 a 59 anos
SP - São Paulo	João Dória	PSDB	M	Branca	55 a 59 anos
TO – Palmas	Carlos Amastha	PSB	M	Branca	55 a 59 anos
<b>Brasil</b>	<b>26 Estados</b>		<b>25 homens 1 mulher</b>	<b>25 branc@s 4 pard@s</b>	

CFEMEA/ Eleições 2016.  
Fonte: TSE - 05/11/2016.

Quando olhamos somente para as capitais brasileiras (ver Tabela 1), observamos o aprofundamento dessas características no perfil: 96,1% são homens, 84,6% são brancos (não há prefeit@s indígenas, pret@s ou amarel@s e 50% têm entre 50 e 59 anos). O partido que mais conquistou capitais foi o PSDB (26,9% delas). Como



argumentou Priscilla Brito<sup>1</sup>, os partidos de esquerda perderam espaço nos municípios, tanto nas câmaras quanto nas prefeituras e, na atual conjuntura política, essa é uma importante base de apoio para o governo golpista de Michel Temer e para os retrocessos/ cassação de direitos das minorias políticas. Observamos também a ampliação da influência de forças religiosas. Como ela destaca, Marcelo Crivella, pastor da Igreja Universal do Reino de Deus, marca a chegada de um candidato ligado às igrejas evangélicas à prefeitura de uma grande capital, o Rio de Janeiro. Como indicamos em texto anterior, este é um passo fundamental na estratégia do segmento evangélico de ocupar o Executivo federal para chegar ao Judiciário, como argumenta a especialista Christina Vital (UFF)<sup>2</sup>.

Para o sociólogo Roberto Dutra (Unef), haveria uma tendência de usar a pauta da moral e dos costumes para fidelizar o eleitorado evangélico, que é mais pobre (apesar de, ao mesmo tempo, adotar uma política socialmente insensível de redução do gasto social). Já a esquerda estaria se distanciando desses seguimentos, ainda segundo Dutra, porque não consegue ver a possibilidade de disputar sua fidelidade eleitoral e ideológica. Para ele, o PT se afastou dos mais pobres nos últimos anos, perdendo espaço. Observamos isso nas eleições: o partido elegeu somente 4,6% d@s nov@s prefeit@s e 4,9% d@s vereador@s. Nossa análise indicou a ampla presença de partidos conservadores e com perspectivas religiosas/ fundamentalistas nas Câmaras Municipais e Prefeituras, o que dificultará ainda mais o avanço de projetos progressistas e da agenda feminista. Por esse motivo, precisamos conhecer as propostas d@s nov@s prefeit@s eleit@s, para que conheçamos suas prioridades e possamos organizar melhor nossas lutas e canalizar nossas demandas.

Nossa breve pesquisa foi realizada tendo como fonte primária a plataforma de candidaturas do sítio eletrônico do TSE, onde encontramos os planos de governo d@s prefeit@s eleit@s enquanto candidat@s, bem como os nomes, o sexo, a idade e a raça/cor destas pessoas.

---

<sup>1</sup> <http://feminismo.org.br/eleicoes-2016-resultado/>

<sup>2</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1827942-estrategia-evangelica-e-ocupar-o-executivo-para-chegar-ao-judiciario-diz-pesquisadora.shtml?cmpid=compfb>



### Planos de governo d@s nov@s prefeit@s das capitais

Passemos ao segundo ponto de nosso interesse nesta pesquisa: as plataformas políticas vinculadas à agenda feminista que tais prefeit@s apresentaram ainda enquanto candidat@s em seus planos de governo como exigência da justiça eleitoral. Os 26 documentos foram buscados na plataforma virtual do TSE, onde ainda podem ser encontrados<sup>3</sup>.

Estes planos de governo são extremamente heterogêneos, variando de cinco (Teresa Surita) a 56 páginas (Edvaldo Nogueira) e apresentando distintos graus de especificidade e profundidade quanto às suas propostas. Em 2012, o número de páginas variou de duas (Arthur Virgílio Neto) a 125 páginas (Fernando Haddad). Alguns deles trazem em seu conteúdo diagnósticos de diversas áreas da cidade em questão e outros abordam até mesmo seu desenvolvimento histórico, características culturais e aspectos demográficos. Em oposição, outros planos de governo são bastante superficiais e não chegam a delinear de forma clara suas propostas. Alguns esclarecem que são documentos preliminares cujo objetivo é atender as exigências legais da Justiça Eleitoral. Nestes casos, utilizamos o texto da mesma forma, uma vez que se trata do documento oficial fornecido ao TSE e à coletividade de eleitor@s e que, portanto, deve trazer de forma completa e clara todas as suas propostas.

A maior parte d@s reeleit@s fez uma prestação de contas em seus planos de governos, apontando poucas propostas para o próximo período. Por vezes, mencionam ações voltadas para mulheres, negr@s e LGBTs que foram realizadas, mas não fica claro se elas serão continuadas ou não.

A leitura dos citados planos de governo permite, como primeira observação, notar que o foco d@s eleit@s para governar os executivos municipais das capitais brasileiras encontra-se, atualmente, em áreas como desenvolvimento urbano, desenvolvimento social, desenvolvimento econômico, desenvolvimento da gestão e desenvolvimento ambiental. Há muita preocupação e numerosas propostas sobretudo quanto ao trânsito e à segurança. Sobre desenvolvimento econômico, muitas propostas foram no sentido de criar e desenvolver polos industriais e de fortalecer o turismo.

---

<sup>3</sup> <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/>



Entre os temas mais recorrentes como propostas de desenvolvimento urbano, podemos citar: revitalização dos espaços urbanos e arborização; atualização de plano urbanístico, de forma a melhorar a qualidade de vida da população e lidar com o problema do crescimento desordenado; saneamento básico; e, principalmente, a mobilidade urbana, no sentido de o escoamento de veículos (o que envolve a previsão de obras, a melhoria da gestão do fluxo dos veículos (os engarrafamentos das grandes cidades se apresentaram como grande preocupação) e a melhoria da oferta de transporte público).

É interessante notar que as prioridades, nas capitais brasileiras, continuam basicamente as mesmas de 2012. No que tange ao desenvolvimento social, as propostas foram centradas majoritariamente na saúde, na educação e na segurança pública, com foco no combate ao crime e ao consumo de drogas. Neste sentido, mencionou-se sobretudo o combate ao crack (intensificação das abordagens nas ruas e acolhimento aos usuários). Sobre a saúde, falou-se muito em reorganização e fortalecimento da atenção básica e a destinação de mais recursos financeiros municipais a serem investidos na saúde, além de ações indicadas por e para os profissionais da saúde.

A melhoria da educação e a modernização de instituições de ensino é outro tema que apareceu em todos os planos de governo, muitas vezes em articulação com temas como a segurança pública. Neste campo, as promessas centrais estão relacionadas à valorização do corpo docente (bem como sua formação e atualização), a construção de quadras de esporte nas escolas, a ampliação de vagas para estudantes, a inclusão de novas atividades no ambiente de aprendizagem e o investimento na formação profissional.

Vale a pena destacar algo que chama atenção. Como vimos, somente uma mulher foi (re)eleita para prefeita de capital (Teresa Surita, em Boa Vista). Observa-se, contudo, que o tom de seu plano de governo mudou. Em 2012, a prefeita adotava um tipo de linguagem que fazia referência ao ambiente doméstico, ao papel de mulher cuidadora, de mãe. Vejamos a seguinte passagem: “As famílias devem ser protegidas por meio de uma ampla rede de proteção social. Nossa cidade é nossa casa, ela precisa ser cuidada com carinho!” Nota-se que não há, em qualquer outro documento, menção às palavras



“carinho” ou “casa”. Este tipo de recurso reforçava a ideia de que as mulheres têm, como diferencial, um estilo político mais responsável e mais cooperativo.

O projeto de defesa da família tradicional, contudo, apareceu em dois planos de governo: Dr Hildon Chaves (RO – PSDB) e João Dória (SP – PSDB). Dr Hildon propõe implantar a Secretaria Municipal da Família, que terá como prioridade o objetivo de “resgatar e propugnar pela valorização e proteção dos valores éticos da sociedade e da família”. Dória, por seu lado, promete “coordenar ações preventivas em todas as etapas do desenvolvimento humano, da primeira infância até as ações de proteção para crianças e adolescentes, por meio do Centro de Apoio e Valorização da Família - que atenderá a família no contexto comunitário e ajudará a fortalecer os vínculos familiares”.

#### Planos de governo e a agenda política feminista

Entre os 26 planos de governos, há menção a alguma questão de direitos das mulheres, igualdade racial ou diversidade sexual/identidade de gênero ou raça em todos eles (em 2012, apareciam em 23 planos), totalizando 272 propostas, 16 a mais que em 2012. A Tabela 2 apresenta estes dados de maneira sistematizada.

O maior número de propostas relacionadas a uma plataforma política feminista e antirracista foi direcionado aos direitos das mulheres e à igualdade de gênero, contabilizando 203 ações a serem efetivadas pelos executivos municipais das capitais entre 2017 e 2020 (em 2012, foram 143 propostas). Para facilitar a visualização e a compreensão, apontamos como áreas separadas as propostas de igualdade racial e diversidade sexual. As promessas relativas à luta por igualdade racial totalizaram 46 metas em nível nacional (essas foram 91 nas eleições anteriores). Por fim, somente 19 das 273 propostas de interesse do feminismo (6,9%) são dedicadas a proteger a população LGBT e buscar a superação de discriminações fundadas em orientação sexual e identidade de gênero, como homofobia, lesbofobia e transfobia (foram 22 em 2012). Houve também quatro outras propostas que atingem a todos os grupos de nosso interesse.

Não foram consideradas propostas vagas como “assegurar como estratégia de gestão os direitos humanos, visando sua garantia. Proteção das mulheres, população LGBT, refugiados, migrantes” ou “implantação de políticas públicas municipais destinadas à



promoção da igualdade racial e contra qualquer tipo de discriminação, dentre outras”, pois não se tratam de ações específicas<sup>4</sup>. Nenhuma destas passagens representa uma proposta específica de combate ao sexismo, ao racismo e à homofobia. Chama atenção o fato de que, nos planos de governo de onde foram retiradas estas passagens, as propostas de iniciativas de outras áreas foram bem descritas, ao passo que as questões de gênero/raça/diversidade sexual foram mencionadas de maneira vaga. A referência a políticas de igualdade entre homens e mulheres, de diversidade sexual/identidade de gênero e de combate ao racismo deve ser direta ou explícita para ser incluída neste estudo. Para que algo seja considerado uma proposta de política pública, é preciso explicar O QUE será feito e COMO.

---

<sup>4</sup> Outros exemplos de afirmações vagas que não constituem propostas objetivas (e que, portanto, não foram quantificadas) são: Ampliar campanhas educativas para prevenção da saúde do homem, da mulher, da criança, jovem e do idoso; pretende-se fomentar e incentivar a economia solidária que é uma forma de desenvolvimento do ser humano, onde o trabalho não gera exploração do trabalhador(a) onde visa o bem viver, não apenas da família, mas também da comunidade e da sociedade; Fortalecimento de uma cultura social igualitária entre mulheres e homens, o combate a todas as formas de violência contra as mulheres, ao sexismo, a lesbofobia, o enfrentamento ao racismo, o respeito à diversidade cultural, religiosa, geracional, regional, a orientação sexual e a identidade de gênero; desenvolvimento de políticas específicas na saúde, assistência, educação, cultura entre outras para mulheres, crianças, adolescentes, jovens e idosos; desenvolvimento de ações que promovam a igualdade racial e à diversidade sexual nas políticas públicas do município; apoio às atividades que promovam a inclusão produtiva, empreendedorismo e economia solidária; Promoveremos ações socioeducativas para enfrentar a violência doméstica, discriminação racial e por orientação sexual, realizando atendimentos em diferentes frentes: acolhimento à vítima de violência e discriminação, atendimento à outra parte envolvida, grupos reflexivos com autores de violência, intervenção direta nos casos noticiados nos territórios que apresentam maior índice de procura ao serviço de atendimento; Implementar o aprimoramento e fortalecimento dos programas e serviços de atenção integral à saúde da criança e do adolescente, da mulher (Rede Cegonha), do adulto, do(a) idoso(a), do(a) trabalhador(a), das pessoas com deficiência, DST/AIDS e de saúde mental; Garantir os direitos humanos, incluindo a igualdade de gênero e repudiando todas as formas de preconceito; Reforço e ampliação de programas de fortalecimento sócio-político e econômicos voltados para as mulheres; Fortalecimento de políticas públicas e programas direcionados à igualdade racial, ao idoso, pessoas com deficiência, crianças, adolescentes e jovens, por meio da expansão dos serviços oferecidos por diferentes órgãos da prefeitura e centros de referência em Direitos Humanos; Assegurar uma gestão técnica e profissional de toda máquina pública (livre de interesses partidários ou de qualquer influência ou discriminação por gênero, raça, idade, credo ou opção sexual) e ser absolutamente transparente e responsável com o uso dos recursos públicos e com as finanças do Município; Estabelecer e impulsionar as bases operacionais para a promoção da Política Municipal de Atenção à Saúde das Pessoas, abrangendo todos os gêneros, faixas etárias, etnias e condições sociais; Dar proteção às pessoas e grupos vulneráveis e/ou historicamente discriminados (negros, pessoas com deficiência, com transtorno mental, vítimas da dependência química, a comunidade LGBT e população em situação de rua), através de oferta universal de políticas públicas de proteção aos direitos fundamentais do ser humano; Fortalecer parcerias com demais níveis de governo, a fim de implementar ações de proteção aos direitos humanos do cidadão, independente de cor, raça, orientação sexual, identidade de gênero, credo ou quaisquer necessidades especiais; Combater a discriminação, e assegurar o direito de todos se manifestarem livremente, são compromissos que assumimos com a nossa cidade; Promover programas e ações que assegurem o acesso aos bens, serviços e produtos da cultura, e a liberdade de expressão de grupos minoritários e comunidades em situações de exclusão social ou de vulnerabilidade, ou ainda que envolvam questões de gênero, orientação sexual e etnia.



**TABELA 2 - ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2016**

**PREFEITURAS – CAPITAIS  
PLATAFORMAS E PROPOSTAS**

UF - capital	Eleit@	Propostas direitos das mulheres	Propostas igualdade racial	Propostas população LGBT	Todos	TOTAL
AC - Rio Branco	Marcus Alexandre	20	6	1	0	27
AL – Maceió	Rui Palmeira	6	1	0	0	7
AM – Manaus	Artur Neto	7	1	0	0	8
AP – Macapá	Clécio Luis	12	4	6	0	22
BA – Salvador	ACM Neto	5	6	8	0	19
CE – Fortaleza	Roberto Cláudio	2	0	0	0	2
ES – Vitória	Luciano Rezende	1	0	0	0	1
GO – Goiânia	Iris Rezende	2	0	0	0	2
MA - São Luís	Edivaldo Holanda Júnior	4	0	0	0	4
MG - Belo Horizonte	Alexandre Kalil	3	0	0	0	3
MS - Campo Grande	Marquinhos Trad	2	1	0	0	3
MT – Cuiabá	Emanuel Pinheiro	4	0	0	0	4
PA – Belém	Zenaldo Coutinho	4	0	0	0	4
PB - João Pessoa	Luciano Cartaxo	2	0	0	0	2
PE – Recife	Geraldo Julio	3	0	0	0	3
PI – Teresina	Firmino Filho	46	2	2	0	50
PR – Curitiba	Rafael Greca	1	0	0	1	2
RJ - Rio de Janeiro	Marcelo Crivella	5	0	0	1	6
RN – Natal	Carlos Eduardo	20	0	0	0	20
RO - Porto Velho	Dr Hildon Chaves	1	0	0	0	1
RR - Boa Vista	Teresa Surita	5	1	0	0	6
RS - Porto Alegre	Nelson Marchezan Júnior	5	0	0	0	5
SC – Florianópolis	Gean Loureiro	2	0	0	0	2
SE – Aracaju	Edvaldo Nogueira	24	11	0	2	37
SP - São Paulo	João Dória	9	12	2	0	23
TO – Palmas	Carlos Amastha	8	1	0	0	9
<b>Brasil</b>		<b>203</b>	<b>46</b>	<b>19</b>	<b>4</b>	<b>272</b>

CFEMEA/ Eleições 2016.  
Fonte: TSE - 05/11/2016.

**1. Direitos das mulheres/ políticas de igualdade de gênero**

Por motivos de didática, categorizamos os temas relativos aos direitos das mulheres de acordo com as áreas de atuação do CFEMEA: Poder e Política (24 propostas), Saúde/Direitos Sexuais e Reprodutivos (54 propostas), Direitos Humanos/Combate à Violência de Gênero (32 propostas), e Autonomia Econômica, Trabalho e Proteção Social (83 propostas), que engloba assistência social e segurança alimentar.



Adicionamos também uma área referente à educação (3 propostas). 5 promessas não se encaixam em nenhum dos eixos temáticos. Em 2012, as propostas se distribuíram da seguinte forma: Poder e Política (16 propostas), Saúde/Direitos Sexuais e Reprodutivos (32 propostas), Direitos Humanos/Combate à Violência de Gênero (41 propostas), e Trabalho e Proteção Social (53 propostas). Percebe-se, portanto, que a autonomia econômica continua sendo o maior foco d@s prefeit@s, e que a preocupação com a violência sexista perdeu prioridade.

A gestão que mais propostas apresentou para ampliar e consolidar os direitos das mulheres foi a de Firmino Filho (PSDB – Teresina), com 46 propostas. Em seguida, Edvaldo Nogueira (PCdoB – Aracaju), que formulou 24 propostas. Em 2012, Carlos Eduardo Nunes Alves (Natal) apresentou 29 propostas, Fernando Haddad (São Paulo) e Marcus Alexandre (Rio Branco), lançaram 20 propostas cada um.

No campo **Poder e Política**, o prefeito que mais contribuiu foi Firmino Filho (PSDB – Teresina), com 7 propostas. Em 2012, essa pessoa foi Geraldo Julio De Mello Filho (Recife), com cinco das 17 propostas. As propostas vinculadas aos direitos políticos das mulheres foram centradas em criar o fortalecer agências especializadas (coordenadorias de políticas para mulheres, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Secretaria da Mulher e centros de Referência da Mulher), capacitar gestor@s e profissionais do Município e ampliar a estrutura organizacional do órgão gestor municipal da Política Pública para Mulher com vista a efetivar e institucionalizar ações de promoção dos direitos das mulheres, garantindo a articulação institucional e a transversalidade, ampliar a participação e a representação das mulheres na política, efetivar o Plano Municipal de Políticas Públicas para Mulheres, articular serviços/ criar uma Rede Única de Serviços reunindo sob um mesmo organismo todos os programas voltados para as mulheres, serviços e equipamentos existentes e a serem implantados.

De forma semelhante, nas eleições anteriores, o foco havia sido no empoderamento de cidadãs comuns (exemplo: Projeto Mulher Cidadã itinerante, que leva serviços de documentação, saúde e oficinas educativas a bairros e comunidades rurais) e a promoção do aumento da participação das mulheres nos processos decisórios e espaços de liderança na administração municipal, bem como em Conselhos e Fóruns do Município, objetivando combater a exclusão social e possibilitar a fiscalização, pelas



mulheres, das políticas públicas. Contudo, a ação prevista neste campo que havia se mostrado mais presente é a criação ou a consolidação/ fortalecimento (onde já existam) de agências especializadas em políticas para as mulheres (Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Secretaria Adjunta de Mulheres, Criação da Secretaria Municipal da Mulher), de modo a garantir a transversalidade da política de defesa dos direitos das mulheres em toda a administração municipal.

Na área **Saúde/Direitos Sexuais e Reprodutivos**, tivemos 54 propostas, sendo a maioria esmagadora localizada no campo da saúde das mulheres, sobretudo na questão da maternidade, reproduzindo o papel tradicional feminino como mãe e cuidadora. Este foco não é novidade. Nossa própria legislação trata mais da maternidade e das crianças do que das mulheres. Observamos, por exemplo, uma proteção à maternidade que não observamos em relação aos direitos sexuais e reprodutivos. Até mesmo nossos benefícios trabalhistas se orientam a proteger as mulheres na sua fase reprodutiva e nos cuidados com os filhos nos primeiros meses de vida, não à conciliação de trabalho e família ao longo de todo o ciclo da vida familiar. O acompanhamento de filhos em questões de saúde, por exemplo, que representa 50% das negociações entre trabalhadoras e empregadores, não está previsto na legislação. Nossa legislação, com compromissos estabelecidos na constituição e na CLT, considera reprodução/cuidados com os filhos uma atribuição exclusivamente feminina. A mãe-mulher é secundarizada e o foco passa a ser o feto, o bebê. Por exemplo, a proibição de demissão da grávida não representa garantia à mulher, e sim ao filho. Não se leva em consideração as necessidades das mulheres após o nascimento do bebê.

Percebeu-se a reafirmação desse papel tradicional feminino vinculado à maternidade nas propostas d@s prefeitos, que sequer mencionaram em momento algum o acesso a procedimentos como laqueadura, colocação de DIU e outros métodos que limitam ou negam a gravidez compulsória. Merece destaque que, mesmo reduzindo a saúde das mulheres à maternidade, @s atuais prefeitos reduziram (em relação a 2012) as propostas centradas na maternidade. Ou seja, mesmo tendo sido limitadas a mães, as mulheres perderam espaços e promessas voltadas para redução da mortalidade infantil e fortalecimento do acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil no acompanhamento do pré-natal, parto e puerpério e incentivo ao aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade, na suplementação de ferro e vitamina "A" para



gestantes e crianças, no acompanhamento nutricional das gestantes (para reduzir os casos de baixo peso ao nascer). Em 2016, as promessas foram quase que integralmente voltadas para ampliar e fortalecer a Estratégia de Saúde da Família, promover a atenção integral à saúde das gestantes e das crianças. Somente 2 planos mencionam garantir a coleta e análise dos exames de prevenção de câncer de colo de útero.

Assim, no geral, mantém-se a tendência de 2012, quando tivemos 32 propostas, também localizadas no campo da saúde das mulheres, com foco na maternidade. Naquele ano, grande preocupação foi direcionada à consolidação dos programas de atenção integral à saúde da mulher (Programa Saúde da Mulher, ações do Pró-Mulher-Pró-Família) e a atenção aos casos de mama e de colo de útero e à saúde mental, bem como diversas propostas de criação “Hospitais da Mulher”. Agora, em 2016, essa preocupação demonstrou ter sido reduzida.

Apenas uma pequena parcela das promessas foi sobre direitos reprodutivos. O tema dos direitos sexuais apareceu em somente 7 ações de governo e não houve qualquer menção à interrupção da gravidez. Este aspecto representa retrocesso em relação à 2012, quando houve duas menções a DSDR, sendo uma explícita sobre “ampliar a oferta do serviço de interrupção da gravidez nos casos permitido por Lei e Intensificar as investigações dos óbitos de mulheres em idade fértil” (prefeito eleito de Natal Carlos Eduardo Nunes Alves). Em 2016, as promessas para DSDR foram: promover a prevenção e o controle das doenças sexualmente transmissíveis e da infecção pelo HIV/AIDS resguardando-se as identidades e especificidades de gênero, raça/etnia, geração e orientação sexual; articular e promover campanhas educativas sobre direitos sexuais, saúde bucal, DST's, HIV/AIDS através de temas transversais; Garantir os direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres; realizar ações educativas para a saúde sexual, saúde reprodutiva, prevenção da gravidez na adolescência e DSTs; fortalecimento do programa de prevenção a gravidez precoce, câncer do colo do útero e mama; vacinação para o HPV na população fértil até 25 anos; rastreamento de câncer de mama e do colo de útero com pesquisas de HPV.

Afora os temas já mencionados, manteve-se a preocupação com o uso de drogas e álcool (3 promessas). Desapareceu, em relação a 2012, a preocupação em se promover



programas de incentivo às jovens mulheres para realização de exames ginecológicos ainda na adolescência.

Por fim, resta mencionar que o prefeito que mais fez propostas neste campo foi Firmino Filho (PSDB – Teresina), com 9 propostas. Em 2012, apresentaram quatro propostas (cada um) os prefeitos de Rio Branco (Marcus Alexandre, que apresentou duas propostas em 2016), Salvador (Antonio Carlos Peixoto De Magalhães Neto), Natal (Carlos Eduardo Nunes Alves) e São Paulo (Fernando Haddad).

Já no campo dos **Direitos Humanos** e do **Combate à Violência de Gênero**, identificamos 32 propostas, das quais 14 foram encontradas no plano de governo de Firmino Filho (PSDB – Teresina). Em 2012, foram 41 propostas, das quais 13 foram encontradas no plano de governo de Carlos Eduardo Nunes Alves (Natal). Grande parte das ações é dedicada a fortalecer a Rede de Atendimento às mulheres em situação de violência e garantir seu acesso aos serviços públicos, aprimorar o atendimento (equipe multidisciplinar para executar as ações de prevenção e combate à violência contra a mulher) e os equipamentos (como o Centro de Referência para Mulheres em Situação de Violência, casa de passagem para vítimas), intensificar ampliar as campanhas de enfrentamento ao machismo e a todas as formas de violação dos direitos da mulher; fortalecimento de políticas públicas de prevenção a violência contra as mulheres, disseminar a Lei Maria da Penha, realizar pesquisas, estudos e diagnósticos.

Houve uma menção a apoiar e articular na Rede de Saúde Municipal, a Ficha de Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e outras violências em cumprimento à Portaria do MS nº 104 de 25 de janeiro de 2011. Houve também uma menção a Projeto de Reflexão com Homens, formando grupos de reflexão, reeducação e responsabilização do autor de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Em 2012, a preocupação estava na integração e no fortalecimento da Rede de Atendimento às mulheres em situação de violência (Casa Abrigo, Centros de Referência, Centros de Cidadania da Mulher, Casas de Passagem etc.), na oferta serviços articulados ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, estabelecendo uma rede de trabalho e ações entre os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, com os movimentos de mulheres e com os diferentes grupos e



segmentos sociais comprometidos com a luta pelo fim da violência contra as mulheres e à realização de campanhas preventivas e oficinas de sensibilização a mulheres em situação de violência, bem como criar serviço para atendimento a homens autores de violência. Surgiu a proposta de realizar ações e campanhas educativas e culturais de prevenção à violência contra meninas jovens e mulheres, voltadas ao público escolar e sociedade em geral. Outra proposta mencionada havia sido a capacitação da Guarda Municipal para atuação emergencial em casos de mediação de conflitos de violência doméstica, escolar e de gênero, preocupação que desapareceu em 2016.

Outro aspecto que perdeu força em 2016 foi a preocupação em se divulgar e implementar a legislação específica. Alguns/as prefeit@s eleit@s em 2012, prometiam criar e atualizar um catálogo com informações sobre os serviços especializados de atendimento as mulheres e situação violência, e implantar o “disque violência” (prevenção, assistência e atendimento), divulgar e ampliar a aplicabilidade da Lei Maria da Penha e demais normas jurídicas Nacionais e Internacionais, de enfrentamento a violência contra a mulher, além de capacitar gestoras e gestores municipais priorizando a saúde, segurança pública, assistência social, educação, turismo, conselheiros tutelares, acerca da temática de gênero e as diversas formas de violência contra as mulheres e seus desdobramentos, considerando a diversidade. Mencionou-se também a necessidade de programas e serviços de enfrentamento sistemático do tráfico de mulheres, da exploração sexual e do turismo sexual, além do enfrentamento e combate ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescente. Por fim, apareceram sugestões de criação de projetos educativos que capacitem mulheres residentes nas áreas de maior incidência de criminalidade visando à reintegração das mulheres, crianças e adolescentes com maior vulnerabilidade. Essa preocupação perdeu fôlego em 2016.

Seguindo a análise, foram contabilizadas 83 propostas para o campo da **Autonomia Econômica, Trabalho e Proteção Social**, tema central do movimento feminista e suas organizações, uma vez que a autonomia econômica é encarada como ferramenta para se desafiar o patriarcado, empoderar a coletividade feminina e combater a violência doméstica. No pleito de 2012, as propostas para essa área haviam sido 53.



Trabalhamos com a proteção ao trabalho feminino transcendendo a concepção tradicional limitação à proteção à maternidade e promovendo o debate sobre a flexibilização da jornada de trabalho do ponto de vista das necessidades da família, da vida pessoal e da equidade de gênero e sobre o tema do equilíbrio entre trabalho e responsabilidades familiares. Tem-se reconhecido que os conflitos entre trabalho e vida familiar produzem efeitos negativos sobre a qualidade de vida das mulheres e das crianças, além de sobre a produtividade e a saúde dos/as trabalhadores/as. Infelizmente, esse debate ainda é pouco desenvolvido no Brasil e há poucas medidas de apoio ao equilíbrio entre as demandas do trabalho e da família. Pelo contrário: no país, as mudanças no mercado de trabalho e na estrutura da família que ocorreram nas últimas décadas agravaram os problemas da articulação entre trabalho e família. Soluções privadas envolvem custos individuais/sociais elevados, e as políticas públicas ainda não assumiram as responsabilidades familiares como assunto social.

Faltam ainda muitas coisas a ser conquistado no que se refere ao equilíbrio entre trabalho e família. Exemplos relevantes são: a ampliação dos investimentos públicos na educação infantil (que beneficia a população mais pobre), a veiculação entre relações informais de trabalho e o acesso aos benefícios familiares, o incentivo do debate sobre a flexibilização do trabalho por conta da conciliação com a família entre empresários, sindicatos, ONGs e poderes públicos, inclusive, adotando políticas “family friendly” como critério para que considerar uma empresa socialmente responsável.

Das 83 propostas relacionadas ao trabalho das mulheres, 49 são dedicadas aos equipamentos sociais, como a construção de creches; a ampliação do atendimento de creches (comunitárias, assistenciais, filantrópicas e em empresas) e do ensino infantil. Em 2012, foram 35 propostas, que incluíam a promessa de priorizar o atendimento para filhos de mulheres chefes de família e trabalhadoras domésticas em creches municipais. Este ano, não houve proposta que significasse retrocesso na busca pela universalização dos equipamentos sociais. Em 2012, havíamos observado com preocupação uma proposta, que transferia para as próprias mulheres a responsabilidade pelo cuidado com as crianças: “Nós sabemos que quando a mãe precisa trabalhar fora de casa ela tem que deixar o seu filho pequeno com alguém. Com a avó, com uma vizinha, com uma tia. Essa pessoa que fica com a criança, além de ser alguém de confiança, precisa ser também dedicada, zelosa. Essa é uma iniciativa comum, que faz parte do espírito



solidário da gente teresinense, mas que precisa contar com o apoio do poder público. É aí onde entra o projeto Amor de Tia” (plano de governo de Firmino Filho, Teresina). A ideia não era alcançar o compartilhamento solidário de tarefas do cuidado entre homens e mulheres, mas sim institucionalizar o papel feminino de cuidadora, oferecendo às cuidadoras populares o “suporte básico para que elas possam contribuir de forma mais qualificada para o desenvolvimento intelectual da criança, seja através da orientação de uma nutricionista, de uma pedagoga, de uma psicóloga ou de outro profissional que possa trabalhar o melhor aproveitamento da criança”.

Encontramos outras 35 promessas para além da questão dos equipamentos sociais. Oito são relativas a fortalecimento e gestão das políticas de segurança alimentar e agricultura familiar; e 27 são de temas variados, com três focos principais: implementar programas de qualificação profissional para geração de trabalho e renda; fortalecer e ampliar a economia solidária; realizar intermediação de oportunidade de trabalho entre mulheres capacitadas,

As promessas foram similares às de 2012, quando houve 18 propostas voltadas a: a) capacitação profissional, (os diversos planos de governo mencionam tal capacitação na indústria da construção civil e com vistas a organização comunitária); b) priorizar as mulheres chefes de família e de baixa renda nos programas de emprego e renda, bem como nos programas sociais; c) o acesso ao microcrédito, com maiores facilidades para mulheres, chefes de família; d) capacitação em economia solidária e a organização de cooperativas e associações de mulheres como forma de gerar renda; e) garantir a intermediação de mão de obra feminina nos contratos e processos licitatórios para Copa 2014; f) realizar campanhas para ampliar o acesso de mulheres a profissões, cargos e funções historicamente ocupadas por homens; g) instituir o Prêmio para Empresa Amiga da Mulher; e h) programa de educação profissional e ressocialização de mulheres presidiárias.

Houve 3 propostas no campo da **educação** (Macapá, Belo Horizonte e Aracaju), visando a implementação da abordagem de gênero, raça, etnia e direitos sexuais e direitos reprodutivos, como orientações curriculares da educação básica e EJA.



Dentre as promessas que não foram incluídas em nenhum campo supracitado, merecem destaque as seguintes: “Implantar a Secretaria Municipal da Família, que terá as seguintes prioridades: Resgatar e propugnar pela valorização e proteção dos valores éticos da sociedade e da família” (Hildon Chaves, Porto Velho), instituição do “Centro de Apoio e Valorização da Família - que atenderá a família no contexto comunitário e ajudará a fortalecer os vínculos” (Dória, São Paulo) e criação do “Fórum Ecumênico Municipal como espaço de convivência, discussão e de propositura de políticas públicas, do qual façam parte o poder público e a sociedade civil, de caráter consultivo, com representantes das diversas religiões” (Dória, São Paulo). Essas ações, além de conservadoras, colocam em risco a laicidade do Estado, garantida pela Constituição. Nesse sentido, vale destacar que Carlos Eduardo (Natal) inicia seu plano de governo citando como epígrafe a frase de um bispo, Dom Nivaldo Monte.

## 2. Igualdade racial

46 das 272 propostas incluídas em nosso estudo foram dedicadas à superação do racismo no Brasil (em 2012, foram 91 das 256 promessas). Os prefeitos eleitos que mais promessas fizeram neste sentido foram João Dória (São Paulo), com 12 promessas, e Edvaldo Nogueira (Aracaju), com 11. Em 2012, foram Fernando Haddad - São Paulo, com 37 propostas, e Marcus Alexandre - Rio Branco, com 15).

Tais propostas são muito diversificadas, ao contrário do que acontece no campo dos direitos das mulheres, onde observamos propostas semelhantes em diferentes planos de governo d@s candidat@s eleit@s. O tema mais abordado foi cidadania (Implantação do Conselho de Promoção e Igualdade Racial, e participação na formulação/ implementação de políticas públicas, Programa de Combate ao Racismo Institucional, implantação do Plano Municipal de Ações Afirmativas e Combate ao Racismo), seguida de cultura (Resgate da tradição dos Afoxés, Cadastramento dos Terreiros para permitir conhecimento e proteção desse universo cultural, valorização dos mestres de capoeira e dos sacerdotes e sacerdotisas das religiões de matriz africana, criação de museus e centros Culturais) e educação (implantação de um novo modelo de educação indígena, respeitando a diversidade das etnias, garantir as ações voltadas para o cumprimento das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”).



Foi pouco discutida a questão da saúde (somente duas promessas: Implantar o Comitê de Atenção à Saúde da População Negra; Adotar medidas para implantação da política de saúde da população negra de forma a prevenir e tratar as doenças que mais acomete, a exemplo da anemia falciforme, pressão alta, infarto, dentre outras) e da violência, que abarcou somente seis propostas nas capitais: Elaborar e implantar um Plano de Ação de Enfrentamento à Violência contra a juventude negra; Criar a Rede de Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo (SEME, SEMSA, SEMCAS, COMTES, SEJUV, SEMAM, SEMACS e SEAD); Fortalecer a Campanha Rio Branco Sem Racismo; Assegurar que a Guarda Municipal atuará sob uma concepção de segurança baseada na prevenção, na parceria com o cidadão, na proteção generalizada, sem que os jovens negros sejam considerados suspeitos por causa da sua condição étnica; Ampliar os Centros de Referências de Combate ao Racismo, apoio psicológico, social e jurídico a vítimas de racismo e intolerância religiosa; Promover a liberdade religiosa, combatendo as manifestações de intolerância, criar grupo de trabalho intersetorial no âmbito do município, com participação das comunidades, para estudar, analisar e propor ações de enfrentamento e combate à intolerância religiosa.

Em 2012, as propostas mais comuns eram sobre fortalecimento de programas de saúde da população negra (prevenir doenças prevalentes na população negra, como anemia falciforme, miomatose, hipertensão arterial, diabetes, lúpus, entre outras) e dos povos indígenas no Sistema Único de Saúde, de agências especializadas em políticas de igualdade racial (Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Municipal para a Reparação e a Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Adjunta de Igualdade Racial, Conselho Municipal Indígena) e sobre os currículos escolares e a valorização cultural (exemplos: implementação da Lei 10.639 que trata da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana; nas escolas municipais, garantir que os currículos resgatem as matrizes indígenas e africanas que formaram o País; fortalecimento dos instrumentos de cultura como a Lei de Incentivo à Cultura, com ações específicas para os povos indígenas; política de formação para professores da rede pública municipal que trabalham com crianças e adolescentes indígenas, em parceria com a Secretaria de Educação).



Observamos que @s prefeit@s eleit@s em 2016 dão menos prioridade para o campo da igualdade racial do que aquel@s de 2012. Diminuiu, por exemplo, a preocupação com:

1) o *aspecto econômico*, incluindo geração de renda e trabalho (participação de empreendedores negros e produtos afros nas feiras de economia solidária; criação de incubadoras para promoção de empreendedores negros; inserir o programa de Hortas Comunitárias na Casa de Atendimento à Saúde Indígena; apoio aos Arranjos Produtivos Locais e à agricultura familiar indígena e implementar o programa de capacitação dos profissionais da educação sobre a igualdade de gênero e de raça/cor, para o combate à discriminação das mulheres e dos negros; pesquisa para mapear a quantidade de funcionários(as) públicos negros(as), o nível hierárquico, a faixa salarial, o nível de escolaridade e o tempo de casa. Avaliar a implementação de providências para que funcionários(as) negros progressivamente ocupem cargos em níveis hierárquicos superiores, buscando a proporcionalidade indicada na pesquisa; implementar campanha pela ratificação das Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) números 100 e 111 que tratam da igualdade de condições de trabalho e salários entre homens e mulheres e do combate à discriminação racial no ambiente de trabalho; promover, através das organizações da Sociedade Civil, a valorização e viabilização do empreendedorismo afrobrasileiro nos espaços e/ou segmentos culturais);

2) o *aspecto político*, no campo das ações afirmativas (exemplos: elaborar e implementar o Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial; implementar o programa Pro-Equidade: gênero e raça; garantir a representação dos grupos étnicos nas campanhas e atividades de comunicação da administração municipal) e do debate público (realizar Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial; manter permanente diálogo com instituições de ensino, gestores educacionais, representações do movimento negro e da sociedade civil; garantir a participação efetiva da Secretaria Municipal de Educação nos Fóruns Nacional e Estadual de Educação e Diversidade Étnico-racial, para atuação de forma colaborativa em âmbito Nacional e Estadual; incluir a temática racial no Orçamento Participativo, bem como elaborar programa de enfrentamento do racismo no âmbito dos órgãos públicos);



3) *o da assistência social*// programas sociais (capacitar as equipes dos Centros de Referência de Atendimento Social para atendimento aos povos indígenas; retomar o projeto de moradia indígena) e dos direitos humanos (implantar a ouvidoria de direitos para atender vítimas de preconceito e discriminação, receber denúncias e encaminhar medidas).

Esses elementos que acabamos de elencar haviam sido apresentados como propostas d@s eleit@s no peito anterior.

### 3. Diversidade sexual

Somente 19 das 272 propostas (6,9%) que nos interessam a partir de uma perspectiva feminista foram dedicadas a proteger a população LGBT e buscar a superação de discriminações fundadas em orientação sexual e identidade de gênero, como homofobia, lesbofobia e transfobia. O prefeito eleito que mais incluiu este debate em seu plano de governo foi ACM Neto (Bahia), com 8 propostas. Em 2012, essas propostas foram 22 em um universo de 256 promessas de nosso interesse que nos interessam a partir de uma perspectiva feminista (8,6%). Os prefeitos eleitos que mais contribuíram para este debate em seus planos de governo foram Fernando Haddad (São Paulo), com oito ações prometidas e Geraldo Julio De Mello Filho (Recife), com seis.

O principal tema para a população LGBT nos planos de governo é a cidadania: criar Núcleo de Referência para o atendimento jurídico, psicológico e social; garantir a inclusão nos formulários, utilizados pela rede de serviço, o espaço de identificação do nome social da população de Travestis e Transexuais; implantar Conselho Municipal de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT; criar Programa Municipal de Combate à Discriminação da Pessoa LGBT; apoiar as Paradas da Diversidade nos Bairros, fortalecer e articular ações municipais voltadas às demandas ligadas à diversidade sexual.

Em 2012, caminharam no sentido de potencializar em nível municipal as ações do Programa Brasil sem Homofobia, lançado em 2004 a partir de uma série de discussões entre o Governo Federal e a sociedade civil organizada com o intuito de promover a cidadania e os direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais a



partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas.

Novamente, percebemos encolhimento das promessas. Em 2012, as propostas iam no sentido de implantar ouvidorias para atender vítimas de preconceito e discriminação, receber denúncias e encaminhar medidas; qualificar e orientar os servidores, em especial professores, profissionais da saúde e guardas municipais, para tratarem a diversidade com igualdade e respeito; realizar campanhas de sensibilização e enfrentamento à homofobia, lesbofobia e racismo; abrir os equipamentos municipais de cultura à produção cultural da comunidade LGBT para que a mesma possa expressar com liberdade sua maneira de ser e sua dignidade; tornar obrigatório o uso do nome social de travestis e transexuais nos serviços públicos de atendimento cotidiano; fortalecer e dotar de recursos humanos, materiais e orçamentários espaços como a Coordenadoria da Diversidade Sexual (CADS). Por fim, sugeriam a criação de uma agência municipal especializada em políticas de diversidade sexual, sob os nomes Núcleo Civil de Direitos Humanos (LGBT), Coordenadoria de Promoção da Dignidade LGBT, Centro de Referência Municipal de Combate à Homofobia e Criação do Conselho Municipal LGBT.

### Balanço e desafios

Ao longo de mais de 20 anos de análises das eleições, o CFEMEA tem apontado que, apesar de toda a atuação dos feminismos, dos movimentos negros e LGBTs, nós ainda somos extremamente sub-representad@s, tanto do ponto de vista descritivo (presença) quanto do substantivo (plataformas e políticas). Após três reformas eleitorais e décadas de luta, ainda não estamos nos espaços de poder municipal. Nas Câmaras Municipais, as mulheres não chegam a 14%, @s pret@s são 5% e indígenas, nem 1%. Nas prefeituras, mulheres são 11,6%, pret@s são 3,2% e quase não há prefeit@s indígenas (0,2%). Essa sub-representação está presente em todos os cargos, em todos os níveis (municipal, estadual/distrital e federal), como pode ser concluído com a análise dos resultados de todos os pleitos, como fizemos na Série Histórica Mulheres e Eleições 1996-2012<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> <http://www.cfemea.org.br/index.php/colecao-femea-e-publicacoes/publicacoes/4460-serie-historica-mulheres-e-eleicoes-1996-2012>



Tampouco somos contemplados nos planos de governo e nas propostas dos executivos municipais. Como vimos ao longo das últimas páginas, são poucas as promessas voltadas para igualdade racial, igualdade de gênero e diversidade sexual. As poucas ações previstas são de baixo impacto e não têm o caráter de desafiar as estruturas da dominação patriarcal, heteronormativa e da supremacia branca. As riquíssimas plataformas e demandas dos movimentos negros, feministas e LGBTs são negligenciadas pel@s prefeit@s das capitais, que não encaram os debates que tentamos colocar em pauta há tanto tempo. Apesar das transformações das relações de gênero e raça no último século, muitas desigualdades ainda não são percebidas como injustas e grande parcela da população brasileira ainda considera que existem atividades distintas para homens e mulheres, brancos, negros, indígenas, homossexuais, travestis, heterossexuais e transexuais.

A mudança de mentalidade, além de um longo processo de transformação cultural, pode ser incentivada por disposições legais, pois normas de orientação comportamental alteram percepções e visões de mundo. Daí a necessidade de alterar as leis e lançar políticas públicas de forma a desafiar as relações estruturantes de desigualdade. Portanto, a existência de uma agenda feminista e sua articulação com os governos dos municípios (bem como os estaduais e o federal) são de profunda relevância para a alteração das desigualdades de gênero. Contudo, o breve estudo acima nos mostra que essa transformação está longe das prioridades dos executivos das capitais nos próximos quatro anos.

Além de haver poucas propostas para avanço os direitos humanos, a grande maioria é bastante tímida e, além disso, nem todas as propostas contadas são avanços! Em duas grandes cidades (Curitiba e Rio de Janeiro), os prefeitos eleitos se comprometem a reduzir o número de Secretarias, visando “uma administração pública mais veloz e leve”, que, na prática, representa menos orçamento e recursos políticos para direitos humanos, em detrimento de prioridades das forças de direita. Como vimos, a defesa da família tradicional, foi oficializada em dois planos de governo: Dr Hildon Chaves (RO – PSDB) e João Dória (SP – PSDB), que prometeram implementar órgãos de defesa dos valores tradicionais (Secretaria Municipal da Família e Centro de Apoio e Valorização da Família). Além disso, como também já destacamos, há ampla presença de partidos



conservadores e com perspectivas religiosas/ fundamentalistas nas Prefeituras (vide o eleito que abre seu plano de governo com a citação de um bispo).

Dória, ademais, decidiu extinguir a Secretaria de Infraestrutura Urbana e as Subprefeituras em São Paulo, transferindo os serviços para 46 novas estruturas de Prefeituras Regionais, com os respectivos orçamentos. Muitas questões passam a ser administradas por Prefeito ou Prefeita Regional, com nomeação pelo Prefeito. Tais prefeituras regionais, dirigidas por pessoa escolhida por indicação, serão “a instância maior para os assuntos municipais na área de sua abrangência; participarão na elaboração da proposta orçamentária da Prefeitura e terão dotação orçamentária própria, proporcional aos serviços que deverão ser executados; terão autonomia para a realização de despesas operacionais, administrativas e de investimento no âmbito do seu território”.

Por fim, observamos, pela primeira vez desde que iniciamos esse tipo de análise, a menção explícita ao afrouxamento das ideologias partidárias como algo positivo. Citemos o exemplo de Nelson Marchezan Júnior (PSDB, Porto Alegre) que coloca como promessa de diálogo o abandono da ideologia (“longe de ideologias, vamos dialogar mais e melhor, tomando decisões melhores sobre o que queremos para nossa cidade”, ao mesmo tempo em que evoca práticas e dinâmicas da esquerda e dos movimentos sociais (como “serão mantidos todos os mecanismos de participação como o Orçamento Participativo, e outros serão aperfeiçoados e criados, aproveitando as tecnologias de informação do século XXI.” /”Pretendemos realizar um governo que irá além da participação popular, evoluindo para a colaboração”).

A grande maioria d@s eleit@s, no mesmo sentido, adotou um tom extremamente neutro em seus planos de governo. O único prefeito que demonstrou uma postura explicitamente “ideológica”, alinhada às plataformas de esquerda, foi Edvaldo Nogueira (PCdoB, Aracaju), que se comprometeu a reafirmar todas as instâncias de controle social como “espaços democráticos de participação do povo, uma vitória histórica que precisa ser preservada e respeitada”, reavivar o contato com os movimentos sociais, de forma que população compreenda e acredite no seu papel fundamental na gestão do sistema de saúde, na formulação das políticas de saúde, participando da gestão, propondo mudanças, ampliar os espaços democráticos de interlocução e participação



popular, retomar a militância no SUS, e redemocratizar as instâncias de Controle Social, com possibilidade de participação de tod@s.

Notamos, portanto, uma sub-representação substantiva de mulheres, negr@s e indígenas além da sub-representação do ponto de vista descritivo (pouc@s prefeit@s eleit@s com esse perfil). Perguntamos então: como mudar isso? Temos insistido, há vários anos, no compromisso com a reforma política. Neste sentido, os movimentos feministas e aliados atuam sistematicamente, desde o início do período democrático, no sentido de propor uma reforma que transforme nosso sistema político em um realmente justo e democrático. O movimento demanda uma reforma com autonomia em relação aos partidos políticos, a partir de uma perspectiva feminista e pensada de uma forma ampla, abarcando todos os espaços de expressão política. Entre as principais demandas para o sistema eleitoral estão<sup>6</sup>:

- Aprimorar o mecanismo de cotas;
- Fortalecer outras ações afirmativas além da cota, ampliando percentual de reserva do tempo de propaganda partidária e do Fundo Partidário para ações de incentivo às candidaturas de mulheres;
- Adotar o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais;
- Combater o racismo em espaços de poder e decisão.

Por acreditar que o sistema eleitoral precisa ser radicalmente alterado, tomamos parte em ações e articulações como a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político<sup>7</sup>, a Frente pela Democratização do Poder da Articulação de Mulheres Brasileiras<sup>8</sup>, a Comissão Tripartite para Reforma da Lei 9.504/1997<sup>9</sup>, e, mais atualmente, o #MeRepresenta<sup>10</sup>, um grupo de coletivos e organizações que fundou uma plataforma virtual para aproximar eleitor@s e candidat@s que quisessem votar em direitos humanos nas eleições de 2016. Junto à Articulação de Mulheres Brasileiras, orientamos o voto consciente e ajudamos a votar em candidat@s que de fato representem

---

<sup>6</sup> Ver Agenda Feminista para a democratização do poder na reforma política - Subsídios para a incidência política: <http://www.cfemea.org.br/index.php/colecao-femea-e-publicacoes/publicacoes/4347-agenda-feminista-para-a-democratizacao-do-poder-na-reforma-politica-subsidios-para-a-incidencia-politica>. Ver também a cartilha da Plataforma dos Movimentos Sociais Pela Reforma do Sistema Político, em <http://www.reformapolitica.org.br/noticias/artigos/1555-quer-saber-sobre-as-propostas-da-plataforma-para-o-sistema-politico-acesse-aqui-a-nossa-cartilha.html>

<sup>7</sup> <http://www.reformapolitica.org.br/>

<sup>8</sup> <http://articulacaodemulheres.org.br/>

<sup>9</sup> <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2009/relatorio-final-comissao-tripartite.pdf>

<sup>10</sup> <http://www.merepresenta.org.br/>





propostas de mudanças na “Plataforma para Candidatas a Vereadoras e a Prefeitas”<sup>11</sup> (2004) e no “Guia Feminista para as Eleições 2014”<sup>12</sup>. Reunimos nossos dados, reflexões e propostas de reforma política na “Agenda Feminista para a democratização do poder na reforma política - Subsídios para a incidência política”<sup>13</sup> (2011) e no “Ponto de Vista Feminista sobre a reforma Política”<sup>14</sup> (2007), buscando ampliar os debates sobre a Reforma Política no Brasil, suas implicações e temas específicos como financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais; listas preordenadas de candidaturas; diminuição ou fim da cláusula de barreira; fidelidade partidária; e ações afirmativas.

Entre as recentes iniciativas focadas no sistema eleitoral, citamos o Quero Prévias 2018<sup>15</sup>, articulada nas ruas e nos espaços virtuais, objetivando “provocar a realização de Prévias Eleitorais para 2018, envolvendo os partidos políticos e os diversos movimentos sociais que defendem a agenda de direitos e a democracia como uma conquista fundamental da sociedade brasileira” e contribuir para “a construção de um programa de governo que dispute as eleições presidenciais de 2018 e apoie o surgimento de novas lideranças nos processos eleitorais estaduais e municipais”. Essa articulação parte do princípio que as eleições não são tudo, mas são um momento decisivo da disputa política. Nesse sentido, seu intuito era tornar as Prévias um caminho para que bases democráticas da sociedade encontrem canais para formular e dar vazão a suas propostas, constituindo um espaço comum de diálogo no qual diversos atores sociais poderão escutar uns aos outros, buscando convergências que produzam um programa de transformação social. É também um processo fundamental para fazer frente aos retrocessos impostos pelo atual Governo. Encabeçada por figuras da Academia, a iniciativa é aberta a movimentos sociais, partidos, coletivos, ativistas, estudantes, empresários, empreendedores e quaisquer organizações da sociedade civil “comprometidas com a defesa de direitos e o regime democrático”. O ponto de encontro é justamente o respeito à democracia e ao Estado de Direito, e a inspiração foram

---

<sup>11</sup> <http://www.cfemea.org.br/index.php/colecao-femea-e-publicacoes/publicacoes/4315-plataforma-para-candidatas-a-vereadoras-e-a-prefeitas>

<sup>12</sup> <http://www.cfemea.org.br/index.php/colecao-femea-e-publicacoes/publicacoes/4461-guia-feminista-para-as-eleicoes-2014>

<sup>13</sup> <http://www.cfemea.org.br/index.php/colecao-femea-e-publicacoes/publicacoes/4347-agenda-feminista-para-a-democratizacao-do-poder-na-reforma-politica-subsidios-para-a-incidencia-politica>

<sup>14</sup> <http://www.cfemea.org.br/index.php/colecao-femea-e-publicacoes/publicacoes/4323-ponto-de-vista-feminista-sobre-a-reforma-politica>

<sup>15</sup> <http://www.compartilhadores.queroprevias.org.br/>



experiências como a Frente Amplio (Uruguai), a Notre Primaire (França) e a Primeras Primarias Ciudadanas (Chile).

Contudo, acreditamos que a democracia burguesa e seus mecanismos formais de representação política não são suficientes para promover a sociedade justa e igualitária que queremos. O estudo aqui apresentado demonstrou as limitações da representação política tanto no que se refere à presença quanto ao que concerne os direitos de populações enormes que são minorias políticas em nosso país. Perguntamos: a democracia representativa é capaz de contemplar os grupos historicamente marginalizados? É possível enfrentar os privilégios da elite branca e proprietária através de uma reforma eleitoral? Quais são os limites da constitucionalidade? Os partidos políticos, mesmo os alinhados às esquerdas, conseguem reformular suas dinâmicas discriminatórias? Eles defendem, de fato, os direitos humanos das mulheres, d@s negr@s e indígenas, d@s LGBTQs? É suficiente, diante de um contexto de golpe parlamentar contra a ex-presidenta Dilma Rousseff e numa conjuntura de retrocessos profundos, tomar parte no jogo eleitoral?

Parece-nos que a resposta para a maior parte das perguntas acima é “não”. Nesse sentido temos pensado na democracia para além da representação, buscando outras formas de exercer poder, tentando oferecer insumos para a pergunta: que institucionalidade política queremos? Acreditamos que os partidos políticos e os atores envolvidos na disputa eleitoral já estão viciados em lógicas e dinâmicas que, em sua natureza são excludentes. É preciso, então, pensar em iniciativas diferentes, abrindo caminhos para além da representação. Queremos encontrar e lutar por condições para a democracia paritária. Precisamos defender a todo custo a laicidade do estado, tão ameaçada por ações de polític@s eleit@s e suas instituições conservadoras. Acompanhamos com entusiasmo as propostas e ações de articulações de movimentos sociais que compomos, como a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político e o #MeRepresenta.

Observamos com interesse também algumas ações que desafiam a forma tradicional de se fazer política representativa, como mandatos compartilhados. Um exemplo é o coletivo anarquista (grupo de 5 pessoas) que responderá por um mandato do vereador em Alto Paraíso de Goiás. A ação será feita com trabalho voluntário e o salário de



vereador será destinado a benefícios para a comunidade. As cinco pessoas estarão no plenário para acompanhar as sessões e todas as decisões serão tomadas em reuniões prévias. Em São Paulo, o hacker Pedro Markun (candidato a vereador pela Rede, porém não eleito) lançou a proposta de implantação do Gabinete 56<sup>16</sup> (há 55 gabinetes dos vereadores de São Paulo), que consiste em criar uma plataforma onde a pessoa possa escolher o vereador que quer adotar e, a partir daí, receba ferramentas que ajudem a acompanhar o mandato e um espaço para publicar essas informações.

No último encontro da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma Política (23 e 24 de novembro de 2016). Como explicou Luciano Caparroz Santos, do MCCE, isso envolve muito mais do que uma reforma eleitoral fragmentada, como a maioria daqueles que estão no Congresso querem aprovar, mas sim a radicalização da democracia, com participação social e descentralização do poder. Como explicou Bruno (Levante Popular) e José Antonio Moroni o desafio é articular a reforma política com outras agendas de resistência aos retrocessos do Governo Temer, como a PEC 55, incluindo novas discussões a respeito do sistema político, através dos novos sujeitos e formas de luta, atores políticos autônomos com críticas veementes às formas tradicionais das organizações políticas.

O professor Luiz Felipe Miguel (UnB), na análise de conjuntura que providenciou à Plataforma, tratou da crise política e do desafio de construir uma nova institucionalidade<sup>17</sup>. Para Miguel, “a institucionalidade precisa representar a expressão das lutas sociais e não a contenção dessas reivindicações, como observamos atualmente”. Nosso regime limita a participação social. A lógica em que está galgado o nosso sistema político institucional simplificaria a política, uma vez que estabelece compromissos com setores do grande capital e reduz a influência dos movimentos sociais e suas lutas. Para tanto, seria necessário promover uma “organização política mais porosa e aberta as possibilidades de construção coletiva, que envolva os diversos setores da sociedade na elaboração e fiscalização de políticas públicas”.

A fala do professor confirma nossa crítica de que vivemos o limite da democracia eleitoral e de que o processo eleitoral está cada vez mais viciado e com pouco debate

---

<sup>16</sup> <http://gabinete56.com.br/>

<sup>17</sup> <http://www.reformapolitica.org.br/noticias/entrevistas/1913-qdesafios-para-a-construcao-de-uma-nova-institucionalidadeq-professor-luiz-felipe.html>



político. Contudo, tal empasse nas instituições eleitorais deveria servir para mobilizar mais força para as mudanças que o sistema político brasileiro, em vez de gerar aversão à política entre a população. Acreditamos que o pano de fundo desse debate, e provavelmente o que realmente importa, para que servem as instituições e o Estado? Eles podem ser nossos aliados? Isso resgata a clássica querela entre autonomistas e institucionalistas. O feminismo, como argumenta a profa Ingrid Cyfer (Unifesp), não só retoma os temas clássicos da teoria política, mas coloca novos desafios. É preciso repensar o Estado e suas possibilidades democráticas, refletir se forças feministas ou contra-hegemônicas podem se apropriar do Estado. Por mais que algumas vertentes progressistas critiquem a própria noção de Estado, não podemos negligenciá-lo. O atual contexto brasileiro demonstra os riscos e os perigos de deixar o aparato estatal nas mãos de setores conservadores e reacionários da sociedade. Nossos direitos são cassados! É preciso, de alguma forma, estar dentro dele para tentar operar as ferramentas que nos podem garantir dignidade.

É preciso fortalecer e articular a luta pelos direitos das mulheres, monitorar estrategicamente políticas e recursos públicos para pautar e sustentar a agenda feminista e antirracista, pactuar compromissos com o governo, bem como enfrentar agendas conservadoras e fundamentalistas. Por isso, a grande conclusão é que precisamos repensar a política e descobrir novas formas de exercer o poder cidadão, mas, de forma alguma podemos deixar de disputar o Estado. A alternativa é a barbárie.

Como bem explica o professor Luiz Felipe Miguel, “não se pode voltar a uma normalidade democrática sem uma mudança concreta no sistema político, ao mesmo tempo em que não se pode pensar na discussão que envolve uma reforma política que envolva a radicalização da participação popular em um ambiente de democracia fraturada, com um golpe institucional que foi vivenciado no Brasil”. O sistema político que temos, segundo o professor, permitiu o golpe e a ruptura democrática que estamos vivenciando. Concordamos com ele: se não mudarmos essa lógica, o Brasil será sempre suscetível a retrocessos similares. Precisamos de um sistema político que garanta a participação popular e que seja permeado pelos anseios da sociedade.